



FEDERICI, Silvia. *Ponto Zero da Revolução*. Editora Elefante, 2019, 388p.

## Reprodução social e luta feminista <sup>1</sup>

Maria Florencia Guarche Ribeiro<sup>2</sup>

O *Ponto Zero da Revolução* chegou ao público brasileiro em 2019 por meio do trabalho conjunto do coletivo Sycorax e da Editora Elefante. A obra pode ser considerada uma das mais importantes da trajetória de Silvia Federici. O livro de 388 páginas reúne o trabalho de investigação e militância de mais de trinta anos realizados pela autora à favor da campanha internacional “salários para o trabalho doméstico”; é composto por 14 artigos publicados entre os anos de 1975 e 2011, divididos em três capítulos. O primeiro define e problematiza o trabalho doméstico; o segundo aborda a globalização e o seu impacto na reprodução social e, finalmente, o terceiro, trata sobre a “política dos comuns”.

As análises apresentadas no livro dialogam com aquelas desenvolvidas pela autora na obra *Calibã e a Bruxa*<sup>3</sup>. Nessa produção Silvia Federici reflete a respeito do processo sistemático de caça as bruxas (séculos XVI e XVII) como um elemento fundamental para a transição do feudalismo para o capitalismo e, conseqüentemente, da apropriação estatal da capacidade reprodutiva das mulheres (FEDERICI, 2017, p. 13). Para ela, as transformações geradas na

---

<sup>1</sup> O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

<sup>2</sup> Doutoranda do programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: [florenciaguarch@gmail.com](mailto:florenciaguarch@gmail.com)

<sup>3</sup> Obra traduzida e publicada no Brasil em 2017 pelo Coletivo Sycorax e a editora Elefante, respectivamente.

reprodução social e no trabalho doméstico estruturam a nova ordem patriarcal e facilitam a acumulação primitiva do capitalismo.

Em ambos trabalhos a autora destaca o importante papel da resistência organizada pelas mulheres frente aos avanços do sistema patriarcal-capitalista<sup>4</sup> e, ao mesmo tempo, instiga as leitoras a radicalizar suas lutas, opondo-se ao colonialismo do movimento feminista hegemônico.

O trabalho reprodutivo (doméstico) é interpretado como o “ponto zero” da luta feminista. Para a autora, o anticapitalismo e o antipatriarcalismo devem partir da compreensão e ressignificação da reprodução social. Essa é a chave para a construção de um movimento de mulheres estruturalmente emancipatório que seja capaz de romper social, política e, inclusive, epistemologicamente com a atual ordem mundial. Por esta razão, o primeiro capítulo se propõe a analisar teórica e politicamente o conceito de trabalho doméstico “colocando o feminismo de volta nos trilhos<sup>5</sup>”.

A autora inicia o debate resgatando as mobilizações de mulheres que tensionaram os conceitos relativos a organização da reprodução social durante as décadas de 1960 e 1970 nos Estados Unidos. As transformações ocorridas como resultado do avanço da tecnologia doméstica, da revolução sexual e da crescente inserção das mulheres de classe média no mercado de trabalho reconfiguraram as relações sociais e políticas entre os gêneros. Tais mobilizações trouxeram à tona o debate a respeito da natureza do trabalho doméstico.

Partindo disso, a obra elenca dois instrumentos decisivos que permitiram a construção e a manutenção do sistema patriarcal-capitalista: a imposição de uma **identidade social** que naturaliza o trabalho reprodutivo como sendo um “trabalho de mulheres” (divisão sexual do trabalho) e; o

---

<sup>4</sup> Em *Calibã e a Bruxa* a autora destaca o papel das mulheres no desenvolvimento da luta antifeudal, na resistência frente ao processo de caça as bruxas e nos movimentos milenaristas e heréticos, na Europa da Idade Média e, também, a resistência das mulheres nas colônias do Novo Mundo. Em *O Ponto Zero da Revolução* a autora escreve sobre a campanha internacional de salários para o trabalho doméstico e de algumas articulações promovidas por organização de mulheres do sul global frente a hegemonização do feminismo liberal promovido por organizações como a ONU das lutas feministas.

<sup>5</sup> Título do artigo que encerra o capítulo primeiro.

**controle estatal dos corpos** femininos. Ambos instrumentos, se estruturam a partir da naturalização de um modelo de feminilidade *cis-hétero-patriarcal*, onde a disposição caridosa do tempo para a maternidade e o cuidado são promovidos como destino inexorável (e desejável) às mulheres.

Nesta ideologia, a desvalorização do “trabalho feminino” e o disciplinamento da sexualidade convergem, entre outras coisas, na criação do modelo de família burguesa e na “dona de casa” cujo objetivo é servir física, emocional e sexualmente ao homem.

O modelo de família burguesa institucionaliza o trabalho não assalariado das mulheres, legitima sua dependência em relação aos homens e, ao mesmo tempo, promove a socialização dos indivíduos a partir da reprodução de papéis sociais que sustentem o sistema capitalista. Assim, para a autora, a família burguesa se constitui enquanto norma, conformando a base material que sustenta a reprodução da força de trabalho no sistema capitalista.

Com o advento da globalização, a internacionalização do movimento feminista e a formação de redes transnacionais de mulheres, as críticas advindas, principalmente, de pensadoras do sul global conquistam maior destaque. Tais questionamentos tensionam e ampliam os pressupostos das análises marxianas sobre o trabalho, destacando a reconfiguração da sociedade capitalista global na forma de um imenso circuito de plantações domésticas (*plantation*) e linhas de montagem, estruturas fundamentais para o estabelecimento de uma nova ordem mundial capitalista.

Se os cercamentos e à caça às bruxas foram fundamentais para o processo de acumulação primitiva do capitalismo na idade média, as transformações na reprodução social na era da globalização são as responsáveis por garantir a sua hegemonia nos dias atuais. Por esta razão, o segundo capítulo do livro destina-se a compreender as dinâmicas entre a globalização e a reprodução social.

O fenômeno da globalização assume diversas formas de acordo com a sua localização. Nos países centrais, manifesta-se na desconcentração e

deslocalização industriais, enquanto que nas periferias, se desenvolve pela *maquinização* da produção, liberalização de importações e privatização das terras (FEDERICI, 2019, p. 212). Esta última é fundamental para aprofundar a relação de dependência dos países do sul global e, ao mesmo tempo, garantir a reestruturação da nova divisão internacional do trabalho e da nova ordem mundial.

A nova ordem mundial é um processo de recolonização (FEDERICI, 2019, p. 2014). Nessa nova ordem colonial as mulheres advindas das periferias são integradas à economia mundial com o objetivo de garantir o baixo custo do trabalho nas metrópoles. Dessa forma, elas exercem uma dupla função: desenvolvem o trabalho reprodutivo e, ao mesmo tempo, produzem commodities para a exportação. Este processo tem início na década de 1970 com a reestruturação internacional da produção de commodities e em resposta ao ciclo de lutas sociais ocorridas nesse período.

A nova ordem colonial articula-se por meio da expansão de corporações transnacionais, da atuação de Organizações Internacionais, como o Banco Mundial e o FMI e de ONGs desenvolvimentistas. As transformações promovidas por estas organizações são responsáveis por acelerar e aprofundar a transferência de capitais entre os países. É a recolonização do chamado “Terceiro Mundo”. Resulta disso uma nova fase de reorganização da reprodução social e das relações de classe a nível mundial.

O caso africano retrata as dinâmicas promovidas pela economia de pilhagem dessa nova ordem colonial. O deslocamento e o remanejamento das comunidades rurais do “Terceiro mundo” se desenvolvem por meio da intersecção entre a implementação de **ajustes estruturais** (privatização da terra, liberalização do comércio e o sistema de controle econômico que transfere o planejamento dos governos para o BC e para ONGs) e do uso instrumental da **guerra**. Como resultado, a organização social das comunidades dependentes da agricultura de subsistência são enfraquecidas e exterminadas.

A guerra e os ajustes estruturais separam os produtores dos meios de produção, fragmentando as comunidades e disseminando pobreza e fome. Como efeito, há um significativo aumento de mão de obra de baixo custo disponível no mercado de trabalho global, atingindo, sobretudo as mulheres. É o chamado fenômeno da feminização da pobreza. Ao mesmo tempo, com a destruição da infraestrutura local e a imposição de reformas de mercado, capitaliza-se a agricultura, utilizando essas terras para a produção de commodities para exportação.

Uma nova diáspora conduz a milhões de pessoas do campo para as cidades, bem como outros tantos que migram dos países periféricos aos países centrais em busca de oportunidades de emprego. A falta de infraestrutura das cidades e os tensionamentos causados pelas crises econômicas advindas dos ajustes estruturais nos países no sul global aprofundam a desigualdade. Nesse sentido, a autora destaca que “as crises que testemunhamos na África nas últimas décadas estão enraizadas nesta dialética da acumulação e da destruição do trabalho”, típicas da nova ordem global capitalista (FEDERICI, 2019, p. 218). Para a autora, a reestruturação do trabalho nos países do norte (flexibilização e precarização) afeta, sobretudo, as populações empobrecidas e não brancas.

No que diz respeito às mulheres, a reestruturação do internacional do trabalho reprodutivo faz com que grande parte do trabalho doméstico realizado nas metrópoles seja realizada por mulheres migrantes empobrecidas provenientes do sul global. Este fenômeno, chamado de “globalização do cuidado”, evidencia as desigualdades de classe e raça que hierarquiza as mulheres na nova ordem colonial.

Deriva dessas transformações o aumento exponencial nos níveis de desemprego e criminalidade, bem como o empobrecimento extremo das comunidades das periferias. Em resposta a isso, são legitimadas políticas de

encarceramento em massa<sup>6</sup> que atingem, especialmente, a população negra mais pobre. Fenômeno que Achille Mbembe definiu como “necropolítica” (MBEMBE, 2008).

A proposta apresentada pela autora para a superação dessa nova ordem colonial é o que ela chama de luta dos comuns. Ao concluir a obra com um capítulo dedicado à “reprodução dos comuns”<sup>7</sup> Federici lembra que:

O poder das mulheres não vem de cima, concedido por instituições globais como as Nações Unidas [responsável, assim como o Banco Mundial, pela manutenção das desigualdades promovidas pelo sistema capitalista], mas que deve ser construído de baixo para cima, pois apenas pela auto-organização as mulheres podem revolucionar a própria vida (FEDERICI, 2019, p. 191).

É a partir da luta dos comuns que a autora chama a atenção para a organização de mulheres camponesas e da “luta pela subsistência e contra a globalização na África, na Ásia e na América Latina”. Seguindo os passos de teóricas ecossocialistas como Maries Mies, Vandana Shiva, Veronica Bennholdt entre outras; e destacando a importância da organização de movimentos de mulheres camponesas e indígenas tais como o movimento Zapatista no México ou do MST no Brasil, Silvia recorre a iniciativas de cooperação e apoio mútuo para propor a derrocada do modelo estatista de revolução.

Para os comuns, conceitos como os de “altruísmo”, “economia de doação”, “comunalismo” e “apoio mútuo” se fazem presentes na construção de lutas e alternativas políticas do que alguns movimentos chamam de “bem viver”<sup>8</sup>. Na luta dos comuns a coletivização/comunalização do trabalho é central. Assim como torna-se central a resignificação do trabalho doméstico como centro da vida comunitária. Seja por meio da criação de Zonas

---

<sup>6</sup> Sobre este assunto, recomenda-se o trabalho “Estarão as prisões obsoletas” de Angela Davis, feminista negra norte-americana que dedica essa obra exclusivamente para o debate sobre as políticas de encarceramento de mulheres negras nos EUA.

<sup>7</sup> Título do terceiro e último capítulo da obra.

<sup>8</sup> “Com sua proposta de harmonia com a Natureza, reciprocidade, relacionalidade, complementariedade e solidariedade entre indivíduos e comunidades, com sua oposição ao conceito de acumulação perpétua, com seu regresso a valores de uso, o Bem Viver, uma ideia em construção, livre de preconceitos, abre as portas para a formulação de visões alternativas da vida.” (ACOSTA, 2016, p. 41)

Autônomas Temporárias (TAZ), pela organização nas florestas Hobo ou pela formação de caracóis zapatistas de autogoverno, diversos movimentos reorganizam a estrutura de habitação, governança local e da vida em sociedade.

Por fim, cabe lembrar que a retomada da casa como o centro de vida comunitária e a promoção de relações horizontais de cooperação é o “ponto zero” para a construção de uma vida livre do patriarcado-capitalista.

## **Referências**

ACOSTA, Alberto. O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Elefante, 2016.

FEDERICI, Silvia. O Ponto Zero da Revolução. São Paulo: Elefante, 2019.

\_\_\_\_\_. *Calibã e a bruxa*. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

MBEMBE, Achille. Necropolitics. In: Foucault in an Age of Terror. Palgrave Macmillan, London, 2008. p. 152-182.